



Genoio: contra a censura.

Cinco lias, cinco emendas.

epois de cinco dias de discussão, Comissão de Sistematização da Constituinte pouco avançou e só aprovou cinco modificações no substitutivo do relator Bernardo Cabral, conseguindo apenas apreciar preâmbulo e cinco artigos da proposta, e votando somente cinco dos 5 parágrafos do último dispositivo examinado, o capítulo 1 do título II. Ontem, a Comissão aprovou apenas um destaque, de autoria do deputado José Genoíno (PT-SP), suprimindo expressão por ele condecorada sagrada da censura no texto constitucional.

O destaque apresentado pelo deputado petista foi ao parágrafo quinto do artigo 5º, que dispõe: "É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato e excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza". É assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem". A emenda de José Genoíno, aprovada por 58 contra 31 votos, suprimiu a expressão "excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza".

A emenda foi defendida também pelo vice-líder peemedebista na Constituinte, deputado Antônio Bro, para quem a aprovação do texto original do substitutivo de Bernardo Cabral representaria um retrocesso com relação à expressão do pensamento, sobretudo nas comunicações. O deputado Mendes Ribeiro, também do PMDB, discursou contra a emenda, mas aparentemente não sabia o que estava rebaixando, pois concentrou sua crítica na supressão da expressão "vedado o anonimato", que não havia sido proposta pelo deputado José

Quando teremos uma nova Constituição?

EM DEZEMBRO

É o que queria seu relator, o deputado Bernardo Cabral. Mas ele mesmo admite, em tom resignado, que esse desejo "é apenas um exercício de imaginação".

EM ABRIL

É o mais recente sonho do PDS. Assim, daria tempo até para que os deputados tirassem férias. Afinal, segundo o deputado Amaral Neto, Constituição não é "corrida de Fórmula-1".

EM JUNHO

Este é o cálculo do senador Chiarelli. Não para a Constituição, só para a Comissão de Sistematização.

Mas as lideranças da Constituinte tomam algumas medidas. Contra a lentidão e a desorganização.

Era previsão e até um desejo. Mas aprovar a nova Constituição nos primeiros quinze dias de dezembro é apenas um exercício de imaginação", admitiu ontem o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Os cálculos do PFL mostram que os trabalhos desta comissão podem se arrastar até junho do próximo ano, enquanto o PDS considera que 21 de abril é "uma boa data" para a promulgação da nova Constituição e fala até em recesso da Constituinte.

De qualquer maneira, não é só a lentidão dos trabalhos na Comissão de Sistematização que está preocupando os líderes partidários. A bagunça também. E para enfrentar as duas, algumas decisões foram tomadas ontem numa reunião entre os componentes da Mesa da Comissão de Sistematização, líderes de todos os partidos e o deputado Ulysses Guimarães.

Genoíno. Coube à deputada Rose Freitas, peemedebista, esclarecer o equívoco, esvaziando a argumentação de Mendes Ribeiro na defesa do destaque, afinal aprovado, depois de uma confusa manifestação do senador João Meneses.

Na sessão de ontem, foram apresentados numerosos desta-

entra em ação o painel eletrônico para as votações — a partir de amanhã, 14 horas, a Comissão de Sistematização vai usar o plenário da Câmara para os seus debates, e deve esgotar a pauta do dia utilizando a prorrogação das sessões. A Mesa foi reforçada com dois vice-presidentes para evitar tumultos como o do último domingo, quando o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) seu presidente, perdeu o controle dos trabalhos e a sessão acabou sendo suspensa. Os reforços — os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), e Jarbas Passarinho, (PDS-PA), vão ser confirmados hoje por voto de liderança.

Mas o esforço maior foi mais uma vez reservado para as reuniões fechadas. Todas as manhãs, as lideranças devem-se reunir com suas bancadas para duas tarefas. Uma delas é reduzir o número de destaques (pedidos de votação em separado dos itens controversos) já apresentados por cada um dos partidos.

ques. Muitos acabaram retirados por seus autores, e outros prejudicados em função da ausência dos proponentes. A Comissão de Sistematização, com exceção da emenda de Genoíno, rejeitou todos os destaques apresentados. Um deles, do deputado José Mendonça Moraes (PMDB-MG), que pretendia a proibição do aborto e da eutanásia.

Segundo o deputado Ulysses Guimarães, as primeiras votações já demonstraram que é possível cortar "substancialmente" o número de pedidos de destaque já que há muitas superposições de temas. Já segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE), a tentativa será de redução de até 90% destes pedidos — de 8.374, eles passariam a pouco mais de 800. A segunda tarefa é "organizar o caos" — combinar previamente a estratégia de votação segundo a pauta do dia.

Para o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), se estas alterações não derem o resultado esperado, a Comissão de Sistematização pode furar seu prazo de duas semanas de trabalhos. Com base nos primeiros dias de votação — 6 horas de debates para cada destaque — Chiarelli concluiu que a Comissão pode perder-se nisso por mais cem dias. É um cálculo "irônico", mas, se nada acelerar o trabalho da Comissão de Sistematização, em junho ela ainda estará tratando dos destaques.

Idêntico destaque, do senador José Richa, havia sido retirado na véspera. O destaque do deputado foi rejeitado por 70 votos a 17 e uma abstenção.

Ao final da sessão, às 13h30, o plenário deliberou que não haveria mais reuniões ontem (estavam previstas para a tarde e noite), fixando, em votação, os horários de 9

ção, em junho ela ainda estará tratando dos destaques.

Não é o que teme o PDS. Ontem, a liderança desse partido na Câmara sugeriu que a votação e a promulgação da Constituição fiquem para o próximo ano. "Isso não é uma corrida de Fórmula-1", disse o deputado Amaral Neto.

Adylson Motta (PDS-RS), vice-líder, chegou a falar num prazo de mais de um mês para a Comissão de Sistematização concluir seus trabalhos. Em seguida, sua posição foi endossada pelo deputado Amaral Neto. A proposta por inteiro: até 5 de dezembro, o último substitutivo de Bernardo Cabral, é retocado e aprovado pela Sistematização. Em seguida, a Constituinte, como a Câmara, entra em recesso. Os parlamentares teriam então tempo para consultar suas bases e decidir suas posições para as votações em plenário. E a nova Constituição seria promulgada "numa data histórica", 21 de abril.

às 13 e de 15 às 19 horas para reuniões da Comissão hoje.

Até agora, o artigo 5º, que trata dos Direitos e Liberdades Fundamentais, do Título II, ficou com a seguinte redação: Artigo 5º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Parágrafo 2º — A lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.

Parágrafo 3º — A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos.

Parágrafo 4º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Parágrafo 5º — É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou à imagem.

Foram ainda aprovadas uma emenda aditiva ao preâmbulo do substitutivo, de autoria do deputado José Genoíno, e duas ao artigo 4º do Título I — dos Princípios Fundamentais — de autoria do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) e do senador Marcondes Gadelha, do PFL da Paraíba. O artigo 4º foi ainda acrescido de uma modificação, resultante de destaque solicitado pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) para emenda do deputado Carlos Alberto Caó, do PDT do Rio de Janeiro.

Aposentados no Congresso. E obtêm uma promessa.

Pedindo paridade salarial com os trabalhadores na ativa — mas também exigindo diretas já e "fora Sarney" — os aposentados invadiram ontem de manhã o Congresso em Brasília e fizeram uma manifestação diante do auditório Petrônio Portela (onde se reúne a Comissão de Sistematização da Constituinte). O auditório estava vazio, mas os aposentados conseguiram o que queriam: o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral, comprometeu-se a aceitar a emenda do deputado Floriceno Paixão (PDT-RJ) que determina a paridade salarial entre ativos e aposentados até 120 dias depois que os primeiros tenham tido algum reajuste ou melhoria salarial.